

Opinião

Previdência – déficit ou superávit?

BERNARD APPY



Em 2016, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Brasil teve um déficit de R\$ 149 bilhões (pouco mais de 2% do PIB). Apesar destes números, algumas entidades e analistas têm argumentado que a situação não é tão preocupante, pois a seguridade social (que, além da previdência, considera as receitas e despesas vinculadas às ações de saúde e assistência social) teria um superávit, e não um déficit. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), em 2015 a seguridade social teria registrado um superávit de R\$ 11 bilhões. Neste contexto, não se justificaria uma reforma previdenciária dura,

como a que o governo está propondo. Esse argumento está incorreto por diversos motivos. Em primeiro lugar, o próprio cálculo da Anfip é questionável. De acordo com o jornalista Ribamar Oliveira, em artigo publicado no jornal Valor Econômico em 16 de fevereiro, em 2016 a seguridade social teria registrado um déficit entre R\$ 106 bilhões e R\$ 257 bilhões, dependendo das hipóteses consideradas. Em segundo lugar, o próprio conceito de um orçamento da seguridade desvinculado do restante do orçamento federal é estranho, ainda que previsto na Constituição federal. Embora faça sentido tratar as receitas e despesas da Previdência Social separadamente do resto do Orçamento – pois em princípio há uma vinculação entre as contribuições para a previdência e os benefícios financiados por essas contribuições –, isso não se aplica para a saúde e a assistência social. Por que o orçamen-

to da saúde e da assistência precisa ser separado do restante do Orçamento? Qual a razão para que essas duas áreas (junto com a previdência) tenham receitas próprias que não podem ser utilizadas para financiar outras políticas públicas como educação ou segurança pública? Ainda que a seguridade social fosse superavitária (o que não parece

Resultado corrente do sistema é um péssimo indicador de sua sustentabilidade

ser o caso), isso apenas significaria que sobraria dinheiro em um bolso e faltaria no outro. Por fim – e este é o ponto principal deste artigo –, analisar a Previdência Social com base no déficit ou superávit corrente é um enorme erro. Para entender este ponto, imagine uma situação hipotética em que um novo re-

gras muito generosas na concessão dos benefícios, o Brasil despenderia hoje cerca de 12% do PIB com benefícios previdenciários (8% do PIB relativos ao RGPS e 4% do PIB relativos aos servidores públicos), enquanto países com perfil etário semelhante despendem, em média, 4% do PIB. O pior é que a população brasileira está envelhecendo rapidamente. Se nada for feito, até 2060 os gastos do RGPS saltarão de 8% do PIB para 17% do PIB. É óbvio que o sistema previdenciário brasileiro está desequilibrado e que é preciso mudar as regras de concessão de benefícios, se não quisermos ter uma carga tributária 9 pontos percentuais do PIB mais alta em 40 anos.

\* DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Editorial Econômico

Sequência coordenada para reduzir o calote



Além da queda progressiva da taxa básica de juros, uma sequência de medidas vem sendo adotada pela equipe econômica para redução da inadimplência das

famílias, de modo a destravar o crédito e fazer baixar o custo do dinheiro para o consumidor e para as empresas. Embora o número de pessoas físicas com dívidas em atraso por mais de 90 dias tenha caído para 46% ao fim de 2016, um avanço sensível em relação a 2015 (53%), segundo as últimas pesquisas, este percentual é ainda muito elevado, levando os bancos a fazerem grandes provisões para devedores duvidosos, o que contribui para a manutenção de altas taxas de empréstimo. Depois de elevar os limites de financiamento no programa Minha Casa, Minha Vida, o conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) autorizou os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação a usar recursos do fundo

para quitar até 12 prestações em atraso (antes só podiam ser 3). A Caixa Econômica Federal (CEF) divulgou em fevereiro o calendário para os saques de contas inativas do FGTS, vinculadas a empregos antigos, dos quais trabalhadores foram desligados até dezembro de 2015. Estima-se que essas retiradas injetem R\$ 30 bilhões na economia. Uma parte substancial desse valor, por certo, será destinada a saldar dívidas financeiras, uma das principais metas dos brasileiros em 2017, como constatou levantamento do SPC Brasil. Não são casos isolados. Tornaram-se comuns nos últimos meses os feirões para renegociação de dívidas em atraso. Esses entendimentos informais entre clientes e instituições financeiras vão se tornar obrigatórios com medida tomada em janeiro pelo Banco Central (BC) e que entra em vigor em abril, que determina que o crédito rotativo nos cartões de crédito só pode ser concedido por 30 dias após o vencimento da fatura. A partir daí, os bancos terão de oferecer ao cliente uma nova modalidade de financiamento ou parcelar o crédito rotativo com número de prestações e juros menores. Haverá algum impacto dessas medidas sobre o sistema financeiro, mas elas tendem a ser diluídas à medida que a inflação cair e o mercado se adaptar a uma nova realidade.

Coluna do Broad

POR ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECKLOEDT E FERNANDA GUIMARÃES

BTG volta a oferecer fatia no Pan



O BTG Pactual voltou a oferecer ao mercado a sua fatia no Banco Pan (ex-Panamericano) e na seguradora da instituição, a Pan Seguros, dos quais é sócio com a Caixa Econômica Federal. A intenção do banco é vender, de preferência, as duas participações para um mesmo comprador. Interessados estão sendo consultados e já existem negociações.

Fatiados No passado, o BTG, que instaurou um forte programa de desinvestimentos após a prisão de André Esteves na Lava Jato, tentou vender as duas operações de forma separada, sem sucesso. No caso da Pan Seguros, o banco chegou a firmar negócio com a CNP Assurances, mas não vingou, já que a Caixa, por não querer ficar amarrada com a seguradora francesa, da qual também é sócia na Caixa Seguros, exerceu o direito de tag along, travando a venda. O BTG negou a informação e o banco Pan disse que desconhece o assunto. Caixa e Caixa Seguros não comentaram.

Turbinado

O volume de negócios realizados com Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) mais que dobrou em 2016, ao avançar 125% ante 2015, para R\$ 7,363 bilhões. Com tal performance, superou o crescimento de 42% registrado em 2015, por conta da popularidade junto às pessoas físicas, que contam com isenção do Imposto de Renda. As empresas também têm conseguido captar recursos via CRA a um custo bem inferior a outras opções no mercado e isso atraiu até aquelas que não estão diretamente no agronegócio, como restaurantes e supermercados.

Confiança

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) de fevereiro, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), aponta que os varejistas estão 18,6% mais confiantes na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação a janeiro deste ano, o índice subiu 1%. Pesou a melhora na avaliação das condições correntes (6,1%) e o aumento das intenções de investimentos (0,3%).

Festejando

O faturamento das fábricas de autopeças caiu 0,8% em 2016, resultado a ser comemorado, considerando que as montadoras reduziram a produção ao menor patamar em 12 anos. A

queda nas encomendas da indústria de automóveis, responsável por absorver cerca de 60% da produção de autopeças, foi, em parte, compensada pelo canal de reposição, no qual o consumo de peças cresceu 2,7% - ao adiar a troca de carro, o consumidor gasta mais com manutenção. O setor fechou dezembro com faturamento 20,7% maior, segundo o Sindipeças, que representa os fornecedores.

Reforço financeiro



O empresário Luiz Antonio França assumiu a presidência executiva da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) no lugar de Rubens Menin, que permanecerá na presidência do conselho de administração. Ele já era consultor da entidade e foi diretor de crédito imobiliário no Itaú Unibanco e presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

COM CIRCE BONATELLI E EDUARDO LAGUNA E-MAIL: COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Mercados

Table with 5 columns: Ação, Var., % Vol., Neg. (R\$), Neg. (R\$). Includes Vale, Itaúsa, Bradespar, Lulas, etc.

Table with 5 columns: Ação, Var., % Neg. (R\$), Neg. (R\$). Includes Bradespar, Vale, Itaúsa, Bradespar, Lulas, etc.

Table with 5 columns: Dia, Contr., C. Ab., C. Neg., Min., Máx., Ajuste, Var.%. Includes DI de 1 Dia, Mercado futuro.

Table with 5 columns: Data, C. Ab., C. Neg., Min., Máx., Ajuste, Var.%. Includes Dólar Comercial, Ibovespa.

Table with 5 columns: Moeda, Conversão, Dólar em R\$. Includes Dólar americano, Euro, Franco suíço, etc.

Table with 5 columns: Ação, Var., % Vol., Neg. (R\$), Neg. (R\$). Includes TR/TBF/Poupança, INSS, etc.

Table with 5 columns: Índice, Janeiro, Maio, 12 Meses. Includes INPC, IGP-M, IPCA, etc.

Table with 5 columns: Último, Dia, % 1 Mês, % 1 Ano. Includes Metas - Energia, Reajuste do aluguel.

Table with 5 columns: Fator, Data, Fator. Includes Fator da TR, CDB - CDI.

Table with 5 columns: Açúcar - Londres, Milho - Chicago, Soja - Chicago, Café - NY, Trigo - Chicago.

Table with 5 columns: Unidade, Período, Valor. Includes Indicadores UFES, UFM, UPC, etc.

Table with 5 columns: Unidade, Período, Valor. Includes Salário regional paulista, Salário mensal paulista.

Table with 5 columns: Base de Cálculo (R\$), Alíquota, Parcela a Deduzir. Includes Imposto de Renda na Fonte.

Table with 5 columns: Base de Cálculo (R\$), Alíquota, Parcela a Deduzir. Includes Imposto de Renda na Fonte.

Table with 5 columns: Base de Cálculo (R\$), Alíquota, Parcela a Deduzir. Includes Imposto de Renda na Fonte.

QUER SABER? ESTADÃO. Includes social media icons for Facebook and Twitter.